

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 124.870 - PR (2020/0057520-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)  
**RECORRENTE** : MARCIA MILEGUIR (PRESO)  
**ADVOGADOS** : FERNANDA LARA TÓRTIMA - RJ119972  
CLÁUDIO BIDINO DE SOUZA - RJ145100  
FELIPE LINS MARANHÃO - RJ210566  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**DECISÃO**

**01.** Trata-se de **Recurso Ordinário em Habeas Corpus**, com pedido liminar, interposto por **MARCIA MILEGUIR**, contra v. acórdão proferido pela 8ª Turma do e. Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos autos do Habeas Corpus n. 5053024-39.2019.4.04.0000/PR. Segue a ementa do acórdão:

*"HABEAS CORPUS. "OPERAÇÃO LAVA-JATO". PROCESSUAL PENAL PROIBIÇÃO DE AUSENTAR-SE DO PAÍS. REQUISITOS. MEDIDAS ALTERNATIVAS. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO. ADEQUAÇÃO LEGAL. ARTIGOS 312 E 319 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUTONOMIA. PROPORCIONALIDADE DA MEDIDA. IMPUTAÇÃO DE CRIMES DE LAVAGEM DE DINHEIRO E DE ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA (LEIS N.ºS 9.613/98 E 12.850/13). MANUTENÇÃO DO OFFSHORES E CONTAS NO EXTERIOR. 1. Tratando-se de medidas alternativas à prisão perfeitamente adequadas à previsão do art. 319 do Código de Processo penal e com supedâneo no art. 282 do Código de Processo penal, não se há de falar em constrangimento ilegal, notadamente o dever de comparecer em juízo e a proibição de ausentar-se do país, medidas corriqueiras na prática processual penal. 2. Não se há de falar em ilegalidade do ato que fixou condições à liberdade do paciente, diante da existência de indicativos em cognição sumária de transações realizadas no exterior por empresa da paciente conjuntamente com corréu, sem prejuízo de revogação das restrições caso não constatado o dolo na conduta da paciente ou caracterizada alguma causa exculpante. 3. É possível estabelecer medidas que se revelem mais adequadas aos fatos e aos acusados, porquanto não meramente substitutivas da prisão, mas autônomas. Hipótese em que a proibição de ausentar-se do país e a determinação de entrega de passaporte não se mostra*

*desproporcional, mas, sim, em consonância com os elementos carreados à investigação. 4. Revela-se consentâneo com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação, as medidas cautelares impostas, as quais foram estabelecidas de maneira suficiente aos fins visados. 5. As medidas deferidas estão devidamente fundamentadas em dados concretos extraídos dos autos, especialmente se consideradas as peculiaridades do caso. 6. Contexto fático e proporcionalidade da medida cautelar diversa da prisão já examinados pelo Superior Tribunal de Justiça nos autos do RHC nº 114.426/PR, no qual ficou assentada a higidez dos fundamentos da restrição, consistentes na manutenção de offshore e de contas bancárias no exterior para a prática de crimes no bojo de organização criminosa e na atuação da paciente conjuntamente com seu companheiro que se encontra no exterior, sendo possível supor que, uma vez no estrangeiro, possa praticar novas operações financeiras ilícitas. Inexistência de alteração fática-processual. 7. Ordem de habeas corpus denegada” (fls. 586/587).*

**No presente mandamus**, sustenta que já teria sido interposto anterior Recurso de Habeas Corpus de nº 114.426/PR, nessa Corte de Justiça, quando foi negado provimento e, posteriormente, denegado o respectivo Agravo Regimental, que, por oportuno, colaciono a ementa:

**PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL DA DECISÃO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO ORDINÁRIO. MEDIDA CAUTELAR. PROIBIÇÃO. AUSENTAR-SE DO PAÍS. PROVA DO CRIME. ELEMENTOS SUFICIENTES. DENÚNCIA RECEBIDA. ENTENDIMENTO DIVERSO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIÁVEL. ADEQUAÇÃO. NECESSIDADE. RECURSOS. DISPONIBILIDADE NO EXTERIOR. PROPORCIONALIDADE. DESVIO DE FINALIDADE. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.**

**I** - O agravo regimental deve trazer novos argumentos capazes de alterar o entendimento anteriormente firmado, sob pena de ser mantida a decisão vergastada por seus próprios fundamentos.

**II** - O Juízo de 1º Grau recebeu a denúncia oferecida contra a recorrente, nos autos da Ação Penal n. 5059586-50.2018.4.04.7000/PR, pela prática, em tese, dos crimes tipificados no artigo 1º, **caput** e § 4º, da Lei n. 9.613/98; e no artigo 2º, **caput** e § 4º, incisos II, III, IV e V, c/c o artigo 1º, § 1º, ambos da Lei n. 12.850/13. Nesse cenário, o exame de eventuais

questões concernentes à materialidade e à autoria delitiva, no quanto excederem os limites objetivos da cognição sumária, não dispensa aprofundado revolvimento fático-probatório da matéria coligida nos autos até o presente momento, e, pois, mostra-se incompatível com a via estreita e célere do **habeas corpus**.

**III** - A recorrente e seu companheiro, David Arazi, **conjuntamente**, em tese, mantinham na Suíça a offshore Brooklet e respectiva conta bancária, destinadas ao recebimento de valores ilícitos desviados do empreendimento da construção da Torre Pituba, em Salvador, em favor de Renato Duque. Teriam, igualmente, figurado como beneficiários econômicos de diversas outras contas bancárias mantidas naquele país, dentre as quais uma foi identificada como recebedora de recursos de contas mantidas pela Odebrecht no exterior.

**IV** - As instâncias ordinárias, em suma, decretaram e mantiveram a medida cautelar em apreço com fundamento: **a)** na possibilidade de realização de novas operações financeiras ilícitas sobre os recursos que remanescem disponíveis no exterior; **b)** no risco à aplicação da lei penal, porquanto o cônjuge da recorrente, David Arazi, também acusado, atualmente reside no exterior em endereço incerto, ao passo em que a recorrente também tem filho que reside nos Estados Unidos da América.

**V** - A vedação de ausentar-se do país revela-se adequada à gravidade - concreta - do crime, às circunstâncias fáticas do caso, às condições pessoais da acusada, bem como conforme aos fins que se objetivam tutelar.

**VI** - A disponibilidade de recursos no exterior, avaliada conjuntamente com outros elementos dos autos, permite a prisão cautelar com o fim de assegurar a aplicação da lei penal. Logo, permitirá também a aplicação de medida mais branda, qual seja, a proibição de ausentar-se do país, não se vislumbrando a existência de outra medida menos invasiva para o resguardo dos bens tutelados.

**VII** - Em juízo de ponderação entre a medida imposta - restrição atenuada da liberdade de ir e vir - e os resultados que se buscam resguardar - efetividade da jurisdição penal brasileira e impedimento de se realizarem novas operações bancárias no exterior -, verifica-se que a determinação encontra-se em conformidade com o subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito.

**VIII** - Malgrado o atual estado da arte tecnológica permita a realização de operações financeiras a distância e independentemente do deslocamento físico, não se ignora que a presença física no estrangeiro torna ainda mais fácil e cômodo

*eventual realização de operações lícitas, sobretudo a agente que figura como titular de contas bancárias no exterior.*

***IX** - A mera referência ao fato de que o companheiro da recorrente, David Arazi, encontra-se foragido da jurisdição brasileira no exterior não pode ser interpretado no sentido de que se estaria a constituir uma "armadilha" para ele ao impedir que a recorrente saía do país. Em verdade, visto que **Márcia Mileguir** e David Arazi são acusados de, conjuntamente, manter offshore e contas bancárias no exterior para a prática de crimes no bojo de organização criminosa, a presença de David no exterior não pode ser desconsiderada quando se tem em vista a possibilidade de que, uma vez no estrangeiro, a recorrente possa praticar novas operações financeiras ilícitas. Não se vislumbra, pois, desvio de finalidade da medida.*

***Agravo regimental desprovido.** (RHC 114.426/PR, Rel. Min. Leopoldo Arruda Raposo (Desembargador convocado) - fls. 744/746)*

Sustentam, no cenário, o surgimento de novas circunstâncias fáticas que autorizariam, neste momento, a revogação da medida em questão ou mesmo a readequação da situação da paciente, argumentando que:

*“7. Em primeiro lugar, surge à tona o fato de que a sogra da paciente, TAMINA ARAZI, residente em Israel, possui quadro de saúde delicadíssimo, com considerável risco de morte. Trata-se da mãe de DAVID ARAZI, cidadão israelense e marido da paciente, contra quem recai decreto de prisão preventiva expedido pela mesma autoridade coatora (evento 1, doe. 3).*

*8. Em segundo lugar, e sem nenhuma pretensão de adentrar a análise de mérito da ação penal, novas provas produzidas ao longo da instrução após a data da última impetração demonstraram que a paciente jamais foi responsável por efetuar movimentações financeiras internacionais ilícitas – o que evidencia a desnecessidade da medida cautelar em questão “(fls. 613/614).*

Salienta que tal pleito foi postulado perante o e. Tribunal **a quo**, o qual teria desconsiderado os “novos elementos” levados à baila e, principalmente, o risco de falecimento da sogra da paciente.

Pontua, ademais, que a eventual tentativa de fuga que teria edificado o voto objurgado, pautou-se em meras conjecturas, sem amparo em nenhum elemento concreto e atual atribuível à ora paciente, ressaltando, no contexto, que:

*“49. Portanto, considerando esses novos fatos - o delicado estado de saúde da sogra da paciente, bem como os novos elementos produzidos ao longo da instrução criminal, os quais permitem uma análise perfunctória que não se confunde com o mérito da ação penal –, é de clareza solar a desproporcionalidade e a desnecessidade da medida cautelar suportada pela paciente” (fls. 627).*

Requerem, ao final, e em pedido liminar, a autorização para viajar para Israel, no prazo a ser estipulado por este Juízo, mediante a prévia autorização de bilhetes aéreos de ida e volta, além da consequente restituição do passaporte da paciente.

No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja reformado o acórdão ora recorrido e cassada a medida cautelar de proibição de se ausentar do país ou, ao menos, para readequá-la, com a permissão de realização de viagem ao exterior.

O Ministério Público Federal, às fls. 649/654, manifestou-se pelo não conhecimento ou desprovimento do recurso, em parecer com a seguinte ementa:

**“EMENTA: RECURSO EM HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO LAVAJATO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. PROIBIÇÃO DE SE AUSENTAR DO PAÍS. REITERAÇÃO DO PEDIDO. ANÁLISE DA LEGALIDADE, NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO DA MEDIDA JÁ REALIZADA NOS AUTOS DO RHC 114.426/PR. PEDIDO PARA VIAJAR A ISRAEL PARA CUIDAR DE SOGRA IDOSA E ENFERMA. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE IMPRESCINDIBILIDADE DE SUA PRESENÇA. RISCO À SAÚDE DA IDOSA. MANUTENÇÃO DOS REQUISITOS DA CAUTELAR. COMPANHEIRO CORRÉU FORAGIDO NO EXTERIOR. GRAVIDADE DOS FATOS. NECESSIDADE DA MEDIDA PARA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. NÃO CONHECIMENTO OU IMPROVIMENTO DO RECURSO”.**

É o relatório. **Decido.**

**02.** Compulsando detidamente as razões que embasam o presente recurso, até para que se possa delimitar a **quaestio**, denota-se que a pretensão em mesa tem como norte duas premissas, quais sejam, **1)** o delicado estado de

saúde da sogra da paciente; e 2) os novos elementos produzidos ao longo da instrução criminal.

**Pois bem.** Verifica-se, de plano, a identidade de partes, causa de pedir e pedido entre o presente **mandamus** e o **RHC 114.426/PR**, já apreciado por esta Relatoria.

Nesse compasso, não obstante as teses aventadas pelos impetrantes seja quanto à delicada situação de saúde da sogra e da alegada possibilidade de seu falecimento, tendo como lastro uma medida de natureza humanitária e amparada, sobretudo, no princípio da dignidade da pessoa humana (e não na imprescindibilidade da paciente nos respectivos cuidados); ou mesmo pelos elementos coletados na fase de instrução, o que se verifica é que âmbito cognitivo dessa insurgência não escapa aos fundamentos já expostos no recurso anterior, mormente quando colaciona (pela mera leitura da ementa acima colacionada), que **Márcia Mileguir** e David Arazi são acusados de, conjuntamente, manter offshore e contas bancárias no exterior para a prática de crimes no bojo de organização criminosa e que a presença de David no exterior não poderia ser desconsiderada quando se tem em vista a possibilidade de que, uma vez no estrangeiro, a recorrente possa praticar novas operações financeiras ilícitas.

Ainda, como bem ressalva o Ministério Público Federal:

*“11. Não obstante a recorrente alegue a superveniência de nova situação fática, em vista do quadro de saúde delicado de sua sogra que reside em Israel, conforme bem salientado pelo Tribunal de origem, os documentos trazidos pela defesa dão conta de que 'o estado de saúde da mãe de seu companheiro já se alonga no tempo e não há demonstração de imprescindibilidade de sua presença no Estado de Israel para auxiliar' (fl. 583).*

*12. Acrescente-se, ainda, que o pedido defensivo mostra-se ainda mais inadmissível atualmente, em que decretada a pandemia do novo coronavírus pela Organização Nacional de Saúde, ocasionando o fechamento de diversas fronteiras, cancelamento de voos, sendo indicada a proteção e afastamento de pessoas que tenham realizado viagens internacionais a pessoas do grupo de risco, como no caso de sua sogra, idosa com doenças pré existentes.*

*13. Desta forma, além de não demonstrada a imprescindibilidade*

*e urgência da viagem ao exterior, sobretudo quando a instrução penal encontra-se em sua fase final, resta clara a implausibilidade do pedido diante do novo cenário mundial.*

*14. Logo, assim como indeferido o pedido para se ausentar do país com a finalidade de auxiliar seu filho em tratamento de saúde, o presente recurso deve ser improvido, notadamente diante da manutenção dos requisitos da medida cautelar exaustivamente analisados no julgamento do RHC nº 114.426/PR, e quando seu companheiro e corréu na ação penal continua foragido no exterior” (fls. 653/654).*

Desta feita, denota-se que resta prejudicada a presente insurgência, uma vez que a **ratio** desenvolvida pelos impetrantes, na sua essência, em nada diverge do pedido anterior, lançado nos autos do RHC 114.426/PR.

Por oportuno:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES PREVISTO NO ART. 2º DA LEI 12.850/2013; ART. 157, § 2º, I, II E V E ART. 180, AMBOS DO CP. PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DE PEDIDO. EXCESSO DE PRAZO. SENTENÇA SUPERVENIENTE. PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO.*

*1. "A impetração de habeas corpus com objeto idêntico ao de outro remédio constitucional anteriormente impetrado caracteriza indevida reiteração de pedidos, o que impede o conhecimento do writ" (AgRg no HC 196.027/MS, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2011, DJe 01/02/2012). No caso, a tese levantada pela defesa (ilegalidade da prisão) não foi conhecida pelo Tribunal estadual por configurar mera reiteração de pedido já analisado pelo órgão fracionário em writ anteriormente impetrado.*

*2. A alegação de excesso de prazo para a formação da culpa está superada, porquanto em 29/6/2018 sobreveio sentença julgando parcialmente procedente a acusação e impondo ao recorrente a pena de 16 anos, 4 meses e 15 dias de reclusão.*

*3. "O deferimento da substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do Código de Processo Penal, depende da comprovação inequívoca de que o réu esteja extremamente debilitado, por motivo de grave doença aliada à impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra" (HC 458.827/MG,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 11/09/2018, DJe 17/09/2018), o que não ocorre na espécie. Além disso, a medida não se mostra adequada, uma vez que o crime que originou a presente prisão preventiva ocorreu no período em que o recorrente se encontrava em prisão domiciliar.*

*4. Recurso ordinário em habeas corpus parcialmente conhecido e desprovido." (RHC 97.772/RS, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 31/10/2018).*

**3. Ante o exposto, nos termos do art. 34, XX, do RISTJ, julgo prejudicado o Recurso de Habeas Corpus.**

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator